América Latina: Segurança, Soberania e o reordenamento das relações hemisféricas

América Latina: Seguridad, soberanía y la reordenación de las relaciones hemisféricas

Latin America: Security, Sovereignty, and the Reordering of Hemispheric Relations

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A primeira quinzena de agosto de 2026 revela uma América Latina atravessada por importantes transformações políticas, diplomáticas e sociais. A intensificação da agenda de segurança, o fortalecimento da presença dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, as mudanças nas alianças políticas nacionais e o enfraquecimento de alguns mecanismos de concertação regional configuram um cenário que poderá redefinir as relações entre os países latino-americanos nos próximos anos. Atualizamos o perfil de manifestações sociais que têm se tornado mais um dos elementos de aceitação ou negação da política nacional na América Latina e que podem pressionar por mudanças. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre HIV, resiliência climática e emergências e desastres; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de eventos sobre saúde digital, o programa mundial do mosquito, endometriose e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou de eventos de segurança pública e ilícitos transfronteiriços.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *La primera quincena de agosto de 2026 muestra una América Latina atravesada por importantes transformaciones políticas, diplomáticas y sociales. La intensificación de la agenda de seguridad, el fortalecimiento de la presencia de Estados Unidos en el hemisferio occidental, los cambios en las alianzas políticas nacionales y el debilitamiento de algunos mecanismos de concertación regional conforman un escenario que podría redefinir las relaciones entre los países latinoamericanos en los próximos años. Actualizamos el perfil de las manifestaciones sociales, que se han convertido en uno de los elementos clave para la aceptación o el rechazo de la política nacional en América Latina y que pueden ejercer presión para que se produzcan cambios. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre el VIH, la resiliencia climática y las emergencias y desastres; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica (COMISCA) participó en eventos sobre salud digital, el programa mundial contra el mosquito y la endometriosis, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) participó en eventos sobre seguridad pública y delitos transfronterizos.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *The first half of August 2026 reveals a Latin America undergoing significant political, diplomatic, and social transformations. The intensification of the security agenda, the*

strengthening of the United States' presence in the Western Hemisphere, shifts in national political alliances, and the weakening of certain regional coordination mechanisms are shaping a landscape that could redefine relations among Latin American countries in the coming years. We have updated the profile of social protests, which have become yet another factor influencing the acceptance or rejection of national policies in Latin America and which may exert pressure for change. Regarding regional organizations, we highlight that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in events on HIV, climate resilience, and emergencies and disasters; the Executive Secretariat of the Central American Council of Health Ministers (COMISCA) participated in events on digital health, the global mosquito program, and endometriosis; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) participated in events on public safety and cross-border illicit activities.

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Introdução

A primeira quinzena de agosto de 2026 revela uma América Latina atravessada por importantes transformações políticas, diplomáticas e sociais. A intensificação da agenda de segurança, o fortalecimento da presença dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, as mudanças nas alianças políticas nacionais e o enfraquecimento de alguns mecanismos de concertação regional configuram um cenário que poderá redefinir as relações entre os países latino-americanos nos próximos anos.

Neste contexto, ganha especial relevância a retomada da pergunta formulada na edição anterior da sessão América Latina dos Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde: *serão as questões securitárias o tema capaz de unir os países da América Latina nos próximos anos?*

Segurança como novo eixo da política regional

O fenômeno não é inteiramente novo. A América Latina possui uma longa experiência de cooperação em matéria de segurança e combate ao narcotráfico. A novidade está na possibilidade de que a segurança passe a ocupar o lugar que anteriormente correspondia à integração econômica, ao desenvolvimento ou à defesa do multilateralismo como principal elemento de convergência regional.

A nova orientação norte-americana acentua essa tendência. A ampliação da cooperação militar e de segurança com alguns governos latino-americanos, particularmente na Colômbia, ocorre paralelamente a uma postura mais cautelosa de outros países, como o México, que procura cooperar com Washington em matéria de inteligência e combate ao crime, mas rejeita qualquer forma de intervenção militar que possa comprometer sua soberania.

Esse processo cria uma América Latina com diferentes níveis de aproximação aos Estados Unidos. Alguns governos veem Washington como parceiro indispensável para enfrentar o crime organizado e o narcotráfico; outros procuram preservar maior autonomia estratégica e evitar uma excessiva dependência; enquanto outros buscam equilibrar suas relações entre Estados Unidos, China e demais atores internacionais.

O resultado é uma crescente fragmentação das respostas regionais à questão da segurança.

Segurança humana ou securitização?

É justamente nesse ponto que a reflexão dos Cadernos Fiocruz adquire especial importância. Se a segurança for entendida exclusivamente como combate ao crime, controle territorial e capacidade militar, existe o risco de uma securitização das agendas sociais. Saúde, migração, pobreza, alimentação e mudanças climáticas podem ser progressivamente interpretadas como problemas de segurança, em vez de serem tratadas como questões de direitos, desenvolvimento e proteção social.

Uma abordagem diferente seria pensar a segurança a partir do conceito de segurança humana, no qual a proteção das pessoas — e não apenas a defesa do território — constitui o objetivo central. Essa perspectiva aproxima diretamente segurança e saúde.

Uma população ameaçada pela violência, pela insegurança alimentar, pelas mudanças climáticas, pelas epidemias ou pela ausência de acesso aos serviços essenciais também se encontra em situação de insegurança.

A diplomacia sanitária como espaço de convergência

É nesse contexto que a diplomacia sanitária pode adquirir uma importância estratégica. The Lancet destaca que a diplomacia é uma dimensão constitutiva da governança global da saúde e que a saúde não pode ser separada das relações de poder, das negociações internacionais e das decisões políticas.

Para a América Latina, essa perspectiva é particularmente relevante. A região possui problemas sanitários comuns que não podem ser enfrentados isoladamente: preparação para pandemias, produção de vacinas e medicamentos, vigilância epidemiológica, mudanças climáticas, doenças transmissíveis, doenças crônicas, saúde mental e emergências sanitárias.

A experiência recente também demonstra a importância da cooperação regional. A própria agenda da OPS/OMS para 2026–2031 coloca o fortalecimento dos sistemas de saúde e das capacidades nacionais como elementos fundamentais da resposta regional.

Nesse sentido, a saúde pode funcionar como uma agenda de construção de confiança em uma região politicamente fragmentada.

Enquanto a segurança pode dividir os governos entre diferentes posições sobre o papel dos Estados Unidos, a saúde oferece espaços de cooperação mais amplos: vigilância, vacinação, resposta a emergências, medicamentos, tecnologias sanitárias e fortalecimento dos sistemas públicos.

Clima, saúde e novas formas de insegurança

A dimensão climática amplia ainda mais essa discussão. O Lancet Countdown Latin America mostra que a região está particularmente exposta aos efeitos das mudanças climáticas e que a ação climática precisa ser articulada com equidade, saúde e desenvolvimento.

Ondas de calor, secas, incêndios, enchentes e outros eventos extremos pressionam os sistemas de saúde e aprofundam desigualdades. Ao mesmo tempo, os efeitos psicológicos dessas transformações — especialmente entre crianças e jovens — começam a ocupar maior espaço na agenda pública. Assim, a segurança do século XXI não pode ser reduzida à segurança militar. Ela envolve também segurança sanitária, alimentar, climática, energética e social

Um novo papel para a América Latina

A questão que se coloca para os próximos anos é se a América Latina conseguirá transformar suas diferentes formas de insegurança em uma agenda comum de cooperação.

Existe o risco de que a segurança seja utilizada para aprofundar a fragmentação regional, aumentando a dependência de alguns países em relação às grandes potências e reduzindo o espaço para soluções multilaterais.

Mas existe também uma oportunidade. Se os países latino-americanos conseguirem construir uma concepção mais ampla de segurança — centrada na proteção das pessoas, na soberania, no desenvolvimento sustentável e na saúde — a questão securitária poderá tornar-se não um fator de divisão, mas um novo espaço de concertação regional.

Essa perspectiva é particularmente importante para a diplomacia sanitária. A construção de capacidades regionais para produzir medicamentos e vacinas, responder a emergências, fortalecer sistemas de saúde e enfrentar as mudanças climáticas pode contribuir simultaneamente para a soberania sanitária e para a segurança regional.

Argentina e Brasil: uma dificuldade adicional para a concertação regional

A deterioração das relações entre Argentina e Brasil constitui outro elemento importante deste cenário. O governo brasileiro decidiu manter a relação diplomática com a Argentina no nível de encarregado de negócios após novos enfrentamentos públicos entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Javier Milei[1]. O embaixador brasileiro não retornará a Buenos Aires nas atuais circunstâncias.

A importância desse episódio ultrapassa a relação bilateral. Argentina e Brasil são os principais países do MERCOSUL e historicamente tiveram um papel central na construção da concertação política sul-americana. O enfraquecimento do diálogo entre ambos pode reduzir a capacidade de coordenação regional justamente em um momento em que a América do Sul enfrenta fortes pressões geopolíticas.

A questão central passa a ser se os países conseguirão construir respostas coletivas para problemas comuns — segurança, narcotráfico, migração, mudanças climáticas, segurança alimentar e saúde — apesar de suas crescentes diferenças políticas.

Colômbia e a nova relação com Washington

A Colômbia ocupa uma posição particularmente importante nesse processo. O novo governo de Abelardo de la Espriella vem aprofundando sua aproximação com Washington e incorporando a cooperação em segurança como componente central de sua política externa.

Essa mudança pode produzir efeitos importantes no equilíbrio sul-americano. A Colômbia tradicionalmente possui uma relação estratégica com os Estados Unidos, mas a nova conjuntura amplia a dimensão militar e de segurança dessa parceria.

[1] https://www.reuters.com/world/americas/brazil-downgrades-diplomatic-ties-with-argentina-after-milei-remarks-2026-08-05/

O problema não é exclusivamente diplomático. O fortalecimento do papel das forças armadas no combate ao crime organizado recoloca na agenda regional o debate sobre os limites entre segurança pública, defesa nacional e segurança interna.

Essa discussão é particularmente importante para a América Latina, onde existe uma longa experiência de militarização da segurança interna e onde permanecem preocupações relacionadas aos direitos humanos e ao controle democrático das forças de segurança.

Dessa vez, a Colômbia sofre com terremoto.

Sem dúvida, um dos eventos mais significativos das últimas duas semanas foi o *terremoto de magnitude 7,4 que atingiu a Colômbia* em 10 de agosto de 2026. O epicentro foi localizado em San José del Palmar, departamento de Chocó. O tremor, que ocorreu por volta das 7h34, afetou principalmente as regiões oeste e centro-oeste do país, com graves consequências em Cali, Pereira, Dosquebradas, Manizales, Armenia e outras cidades da região cafeeira.

Uma semana após o terremoto, o balanço das vítimas continua sendo atualizado. Os números oficiais citados nos últimos relatórios apontam para aproximadamente 289 mortos; entre 4.100 e 4.200 feridos; 143 desaparecidos; e mais de 185.000 desabrigados[2]. O desastre afetou 15 departamentos e cerca de 448 a 450 municípios.

A magnitude do desastre é particularmente significativa devido ao seu alcance geográfico: quase 127.000 casas foram afetadas em algum grau. Estima-se que cerca de 27.000 casas tenham sido destruídas. Dezenas de edifícios desabaram completamente, principalmente em Cali e Pereira. Danos significativos foram relatados em hospitais, escolas, prédios públicos, infraestrutura viária e serviços básicos. Pelo menos 216 unidades de saúde foram afetadas, segundo informações disponíveis[3].

Durante os primeiros dias, equipes de busca e resgate urbanas, bombeiros, forças de segurança, pessoal médico e voluntários foram mobilizados.

A Colômbia possui significativa experiência institucional em gestão de riscos e equipes de resgate especializadas. A cooperação internacional também foi incorporada, incluindo equipes dos Estados Unidos e de Israel, entre outros apoios. A emergência está gradualmente passando da fase de busca e resgate para uma fase de recuperação, deslocamento e reconstrução. As chances cada vez menores de encontrar sobreviventes sob os escombros estão modificando as prioridades operacionais[4].

O *terremoto impactou o sistema de saúde colombiano*: danos físicos a instalações de saúde, incluindo hospitais; sobrecarga dos serviços de emergência e trauma; necessidade de

---

[2] A diferença entre os números publicados por diferentes veículos de comunicação se explica pela constante atualização dos registros e pela remoção de pessoas inicialmente da lista de desaparecidos. https://www.reuters.com/business/environment/search-teams-comb-rubble-colombia-nearly-week-after-quake-aid-effort-expands-2026-08-16/

[3] Um dos incidentes mais graves ocorreu em Cali, onde estruturas desabadas deixaram pessoas presas sob os escombros. A situação também foi particularmente crítica no Hospital Universitário do Valle, onde as operações de resgate continuavam para pessoas presas sob os escombros. https://elpais.com/america-colombia/2026-08-16/el-lento-rescate-de-los-pacientes-que-quedaron-bajo-los-escombros-del-hospital-universitario-del-valle.html

[4] https://www.reuters.com/business/environment/search-teams-comb-rubble-colombia-nearly-week-after-quake-aid-effort-expands-2026-08-16

manter o atendimento a doenças não diretamente relacionadas ao terremoto; atendimento a pessoas com lesões físicas, incapacidades temporárias e doenças crônicas; necessidades de saúde mental entre sobreviventes, familiares e profissionais de saúde; risco de interrupção no fornecimento de medicamentos, oxigênio, água e outros suprimentos essenciais; necessidade de garantir a continuidade da assistência materno-infantil e o atendimento a populações vulneráveis; o impacto psicológico já se torna significativo. Sobreviventes descrevem episódios de ansiedade, insônia e hipervigilância diante dos tremores secundários, reações consideradas comuns após um desastre dessa magnitude[5].

Um aspecto particularmente relevante é que o epicentro está localizado em Chocó, uma das regiões historicamente mais vulneráveis do país, enquanto alguns dos maiores danos ocorreram em cidades maiores como Cali e Pereira. Assim, um dos principais *desafios é evitar concentrar a assistência exclusivamente nas grandes cidades e garantir que ela também chegue às comunidades rurais, indígenas e afrodescendentes, onde a infraestrutura e a capacidade institucional são mais limitadas*[6].

O terremoto também teve um *impacto econômico significativo*. A cobertura de seguros é extremamente desigual: estima-se que mais de 90% das casas colombianas não possuam seguro contra terremotos, o que significa que uma parcela significativa das famílias terá que depender de assistência pública, apoio familiar e programas governamentais de reconstrução[7]. Em Cali, as estimativas iniciais apontam para um custo de reconstrução de vários bilhões de dólares, e a restauração completa da infraestrutura danificada pode levar vários anos[8].

Manifestações, Mobilizações e Protestos Sociais na América Latina

A primeira quinzena de agosto de 2026 mostra uma persistência do conflito social na América Latina, embora com características diferentes dos principais ciclos de protestos de 2019–2022. Os protestos atualmente se apresentam mais fragmentados, setoriais e territoriais, mas também há uma crescente coordenação entre sindicatos, organizações sociais, estudantes, aposentados, movimentos indígenas e organizações de direitos humanos.

A rejeição das políticas de ajuste econômico e cortes nos gastos públicos; a defesa das pensões, salários e direitos trabalhistas; a oposição aos cortes na educação, ciência e universidades públicas; defesa da independência judicial e das instituições democráticas; rejeição do aumento dos preços dos transportes e combustíveis; reivindicações indígenas, camponesas e territoriais; defesa dos direitos das mulheres; oposição a certas políticas de segurança e à crescente militarização; mobilizações anti-imperialistas e protestos contra a política externa dos EUA sãos os principais motivos de mobilização durante esse período foram:

Uma característica particularmente significativa é que os protestos não se concentram exclusivamente em governos de uma determinada orientação ideológica. Durante as duas

[5] https://elpais.com/america-colombia/2026-08-17/el-miedo-a-volver-a-casa-tras-el-terremoto-se-mueven-las-cortinas-y-uno-piensa-que-esta-temblando.html

[6] https://elpais.com/espana/2026-08-17/los-colombianos-en-espana-se-movilizan-tras-el-terremoto-tengo-mucha-impotencia-de-estar-al-otro-lado.html

[7] https://elpais.com/america-colombia/2026-08-17/los-afectados-del-terremoto-ponen-su-fe-en-las-aseguradoras-esperamos-que-nos-digan-que-va-a-pasar.html

[8] https://www.huffingtonpost.es/planeta/una-semana-terremoto-colombia-esperanzas-supervivientes-quedan-esfuerzos-buscar-reconstruirbr-f202608.html

primeiras semanas, foram registrados conflitos tanto contra governos de direita quanto de centro-direita, bem como contra políticas específicas de governos de orientação progressista.

***Argentina**. Convergência de aposentados, trabalhadores, cientistas e universidades*: Em 6 de agosto, organizações de aposentados, sindicatos e movimentos sociais mobilizaram-se novamente em frente ao Congresso para protestar contra as políticas econômicas do governo de Javier Milei. O protesto concentrou-se em reivindicações por renda previdenciária, acesso a medicamentos, proteção social e oposição a diversas iniciativas promovidas pelo Poder Executivo. O dia foi marcado por forte presença policial e relatos de repressão. O conflito social intensificou-se durante a semana seguinte. Em 12 de agosto, cientistas, pesquisadores, trabalhadores universitários e organizações ligadas à ciência e à educação lideraram um dia de mobilização nacional em defesa do sistema científico, tecnológico e universitário[9,10].

Na América Central, está emergindo com força uma dimensão de protesto ligada à defesa institucional, à independência judicial e aos limites do poder presidencial. Nesse contexto, em 6 de agosto, na ***Costa Rica***[11], milhares de cidadãos se reuniram em San José e em outras partes do país para expressar seu apoio ao judiciário e à independência de juízes e promotores. A mobilização ocorreu em um cenário de crescente confronto entre o governo e setores do judiciário. A importância dessa mobilização vai além do conflito institucional específico: ela constitui um exemplo de *mobilização cidadã em defesa dos mecanismos de controle democrático, e não um protesto estritamente econômico ou setorial.*

Persiste *uma forte capacidade de mobilização em certos setores da esquerda latino-americana*, centrada em questões de soberania, anti-imperialismo e rejeição à intervenção dos EUA. Nesse sentido, em 13 de agosto, organizações juvenis no Brasil se mobilizaram em frente às instalações diplomáticas dos EUA no Rio de Janeiro e em São Paulo[12]. O protesto foi liderado, entre outros, por organizações juvenis ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que contestaram o embargo dos EUA contra Cuba e denunciaram a interferência estadunidense na América Latina. A natureza dessa mobilização difere dos protestos sociais associados ao custo de vida ou ao ajuste econômico. Trata-se de um *protesto geopolítico, ligado à política externa dos EUA e à defesa de Cuba*.

No ***Equador***, uma possível *convergência está emergindo entre conflitos econômicos, transporte, organizações indígenas e defesa territorial*: organizações camponesas e indígenas começaram a expressar sua rejeição ao aumento das tarifas de transporte. A FENOCIN anunciou ações de mobilização em resposta ao aumento de aproximadamente 25% nas tarifas. Essa

---

[9] https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/canciones-estrellas-culonas-y-los-messi-miles-de-personas-marcharon-con-la-camiseta-de-la-ciencia-argentina/

[10] Os cortes no financiamento da ciência e tecnologia na Argentina levaram a uma crise significativa no país. Desde que Javier Milei assumiu o cargo, os cortes orçamentários atingiram níveis sem precedentes, afetando milhares de pesquisadores e destruindo décadas de investimento. A Agência Nacional de Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Agencia I+D+i) enfrenta uma situação crítica, com a suspensão de repasses de verbas e a paralisação de editais. O investimento público em ciência caiu para 0,14% do PIB e aproximadamente oito empregos foram perdidos por dia desde dezembro de 2023. Essa situação levou mais de 2.600 cientistas internacionais, incluindo 25 laureados com o Prêmio Nobel, a pedir ao governo de Javier Milei que interrompa o desmantelamento do sistema científico argentino. https://www.interesesconectados.com.ar/post/ciencia-y-tecnolog%C3%ADa-en-argentina-qu%C3%A9-se-destruye-cuando-se-recorta-la-inversi%C3%B3n-en-conocimiento

[11] https://www.dw.com/es/miles-manifiestan-su-apoyo-al-poder-judicial-en-costa-rica/a-78273267

[12] https://www.poder360.com.br/poder-brasil/mst-faz-atos-em-3-estados-contra-os-eua-veja-fotos/

situação é particularmente significativa porque coincide com um ciclo anterior de mobilizações indígenas, trabalhistas e sociais contra as políticas do governo Daniel Noboa. Os conflitos relacionados à mineração e à defesa territorial também persistem. Organizações ambientais e indígenas mantêm ações contra projetos extrativistas e denunciam a militarização de territórios onde existem conflitos minerários[13].

Observa-se uma recomposição dos protestos juvenis em torno da educação, dos gastos sociais e da rejeição de certas políticas governamentais, como é o caso do ***Chile***, que continua a apresentar conflitos significativos ligados às políticas educacionais e sociais[14]. O protesto chileno tem uma característica única: o movimento estudantil volta a funcionar como um dos principais veículos de expressão do descontentamento juvenil, mas agora articulado com professores e organizações sociais.

O ***México*** mantém um alto nível de mobilização social diária, porém com um padrão descentralizado e fragmentado. A Secretaria de Segurança Cidadã da Cidade do México mantém uma agenda específica de mobilizações sociais para agosto de 2026, com registros diários de encontros, marchas, bloqueios e manifestações[15]. Diferentemente da Argentina, da Costa Rica ou do Equador, não surgiu, na primeira quinzena do mês, um único conflito nacional capaz de concentrar os protestos. A característica dominante foi a multiplicidade de conflitos setoriais e urbanos.

O ***Peru*** continua a vivenciar altos níveis de conflito social[16]. Durante a primeira quinzena de agosto, eclodiram protestos relacionados ao aumento dos preços dos combustíveis[17], particularmente em regiões como Ucayali[18], juntamente com bloqueios de estradas e manifestações de trabalhadores do setor de transportes. A experiência recente do Peru demonstra que conflitos econômicos setoriais podem rapidamente se transformar em questões políticas nacionais, resultantes da convergência de comunidades camponesas, grupos indígenas, sindicatos, trabalhadores do setor de transportes e organizações locais.

---

[13] https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/gremios-y-organizaciones-sociales-se-movilizan-en-quito-y-guayaquil-contra-las-politicas-del-gobierno/

[14] Durante os primeiros dias de agosto, foram registradas mobilizações estudantis e ações de organizações sociais contra as políticas de austeridade e os cortes na educação. A NODAL documentou uma série de mobilizações da Confederação de Estudantes e do Sindicato dos Professores contra as políticas do governo de José Antonio Kast, incluindo episódios de repressão policial.

[15] Em 13 de agosto, por exemplo, diversas manifestações e bloqueios foram registrados no Centro Histórico da Cidade do México. https://www.sinembargo.mx/4853858/caos-vial-en-cdmx-este-13-de-agosto-cierres-en-zocalo-marchas-y-conciertos-masivos/

[16] https://www.infobae.com/peru/2026/08/12/cgtp-convoca-a-movilizacion-nacional-para-este-jueves-13-de-agosto-las-amenazas-contra-los-derechos-laborales-no-pasaran/

[17] https://elpopular.pe/actualidad/2026/08/16/paro-de-transportistas-gremios-dan-24-horas-al-gobierno-ante-alza-de-combustibles-y-advierten-protestas-en-8-regiones-del-peru-283456

[18] https://www.infobae.com/peru/2026/08/14/paro-de-transportistas-se-intensifica-en-ucayali-loreto-arequipa-y-tacna-por-el-alza-del-combustible/

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre HIV, resiliência climática e emergências e desastres[19,20,21]

Em julho, o ORAS-Conhu participou da oficina para a implementação do "Plano Andino de Eliminação do Estigma e da Discriminação contra a população com HIV, população-chave e população vulnerável no setor da saúde até 2030 (PAEDS)[22]" no Peru. O evento contou com a presença de representantes dos ministérios da saúde de países andinos, organismos de cooperação e líderes da sociedade civil.

Em seu discurso de abertura, o secretário executivo do ORAS-Conhu, Fernando Dattoli afirmou que "a saúde só pode ser verdadeiramente universal quando todas as pessoas são atendidas com a mesma dignidade. Combater o estigma não é unicamente um imperativo ético; é uma prioridade crítica de saúde pública. Não poderemos eliminar a transmissão do HIV até 2030 se não eliminarmos primeiro o preconceito e a rejeição que mantêm as pessoas distantes das portas de nossos serviços assistenciais."

No evento foram destacadas experiências em iniciativas como o projeto Comunidades Resilientes e Empoderadas que combatem a exclusão (CRECE) da ONUAids, que tem financiado a proposta da ORAS-CONHU de intervenção "Fortalecimento da Implementação dos PAEDs no Peru". A intervenção busca dar assistência técnica para grupos de trabalho especializados, fortalecer os observatórios de direitos humanos, entre outros. Além disso, foi enfatizada a importância da participação comunitária através das diversas organizações de base comunitária que têm trabalhado com equipes técnicas do Estado.

O ORAS-Conhu e a organização Saúde sem Dano lançaram o curso de capacitação "Fortalecendo a resiliência climática em estabelecimentos de saúde" que tem como objetivo fortalecer capacidades técnicas e de gestão de equipes de saúde de países andinos para desenhar, implementar e monitorar medidas de adaptação frente à crise climática.

Fernando Dattoli ressaltou que a crise climática obriga a redefinir o conceito de proteção da saúde e ainda destacou que a mudança climática é uma das maiores ameaças para a saúde nos próximos anos. Adicionou que o setor de saúde também tem papel de responsabilidade, dado que 4,4% das emissões de gases de efeito estufa são geradas por suas atividades, ao buscar formas de reduzir essas emissões.

O curso será dividido em 10 sessões de 90 min e conta com conteúdo nas áreas de: crise climática e saúde, diagnósticos para resiliência, implementação de ações, governança e comunicação e conta com 900 inscritos de todos os países da região.

---

19 https://orasconhu.org/es/taller-de-incidencia-comunitaria-para-eliminar-el-estigma-y-la-discriminacion-por-vih-al-2030

20 https://orasconhu.org/es/mas-de-900-profesionales-de-la-region-andina-inician-importante-curso-regional-sobre-resiliencia

21 https://orasconhu.org/es/respuesta-regional-inmediata-el-oras-conhu-activa-el-comite-andino-de-emergencias-y-desastres-ante

22 O PAED foi aprovado pela Resolução REMSAA XXXVIII/7 pelos ministros e ministras de Saúde de países andinos. O plano surgiu como resposta aos dados críticos apresentados pelo estudo Index 2.0, que indicou que 48% das pessoas que vivem com HIV na região andina sofreu alguna forma de discriminação nos estabelecimentos de saúde, presionando 31,6% a abandonar ou suspender seus tratamentos vitais.

Por fim, o ORAS-Conhu convocou sessão extraordinária ao Comitê Andino de emergências e desastres para discutir uma resposta imediata e coordenada frente a emergência sanitária pelo terremoto de magnitude 7,4 na região do departamento de Chocó, Colômbia. O tema da reunião foi a articulação da solidariedade regional e a avaliação do comprometimento na saúde informada pela Unidade Nacional para a Gestão do Risco de Desastres (UNGRD) da Colômbia.

A secretária-adjunta do ORAS-Conhu, Javiera Caballero, enfatizou a necessidade de ação imediata e de integração política. A representante do Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia apresentou as necessidades prioritárias, com foco na evacuação médica, no suporte logístico e na assistência aos feridos na zona de maior impacto. Baseados na apresentação colombiana, as delegações oficiais da Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela e representante do Médico Sem Fronteiras colocaram à disposição da Colômbia:

- Equipes técnicas e missões médicas de resposta rápida.
- Insumos médicos estratégicos e infraestrutura hospitalar de campanha.
- Acompanhamento especializado na gestão de emergências e atenção em crise.

A Secretária Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou em eventos sobre saúde digital, o programa mundial do mosquito, endometriose[23,24]

A SE-COMISCA participou da quinta edição da "Conectatón Regional" que tinha como objetivo validar as capacidades técnicas da região no intercâmbio seguro de informação. O evento é organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pela Organização Pan-Americana da Saúde e tem como objetivo avançar nas prioridades regionais de transformação digital em saúde, intercâmbio transfronteiriço de dados de saúde e desenvolvimento de serviços digitais regionais.

Na edição, o secretário executivo do Comisca, José Renán Carceres, apresentou a Rota da Saúde Digital na América Central e na República Dominicana 2025-2030, a análise do IS4H na região SICA, os avanços na Estratégia Regional de Saúde Digital. O propósito da Rota Panamericana de Saúde Digital é facilitar que os dados de saúde acompanhem o paciente sem importar as fronteiras, eliminando barreiras tecnológicas para fortalecer a qualidade e as oportunidades da atenção médica.

A secretaria executiva do SECOMISCA participou da Convenção Mundial do Programa Mundial do Mosquito realizada no Brasil. O encontro abordou o avanço na implementação de intervenções inovadoras para prevenção e controle das doenças transmitidas por Aedes aegypti, particularmente a estratégia no método wolbachia.

A diretora de cooperação internacional, Melissa Hernandez, participou do I Fórum Centroamericano e do Caribe sobre Endometriose na Região do SICA, sob o lema "Vozes que inspiram para o câmbio", iniciativa desenvolvida pelo Parlacen, INCAP e Asoendoguate. Esse foi

[23] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-la-conferencia-regional-y-5ta-conectaton_1_139261.html

[24] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-la-convencion-mundial-del-programa-mundial-del-mosquito_1_139267.html

o primeiro Fórum Centro-Americano da Endometriose que busca compartilhar conhecimento e fortalecer a luta por um diagnóstico oportuno e uma melhor atenção para quem vive com a doença.

Em sua fala, Hernandez destacou a importância de colocar sempre no centro da agenda pública a saúde integral e o bem-estar das mulheres. Na região da América Latina, 2,5 a 2,8 milhões de mulheres convivem com esta condição e é importante pensar em políticas públicas regionais e mecanismos de articulação para o diagnóstico e tratamento, afirmou o participante Alejandro Barahona.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participou em eventos de segurança pública e ilícitos transfronteiriços [25,26]

A OTCA realizou a IV Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre Segurança Pública e Delitos Transnacionais e Transfronteiriços (CESPIT[27]) que reuniu representantes dos países membros para avaliar os avanços da agenda regional de segurança.

A Presidência Pro Tempore da Colômbia apresentou um balanço das atividades entre 2025 e 2026 com destaque para as subcomissões técnicas, aprovação de seus planos de trabalho e consolidação de uma matriz harmonizada de ações, entre outros.

As decisões adotadas foram: os países membros acordaram em manter a coordenação da Subcomissão de Combate aos Delitos Ambientais sob a responsabilidade do Peru e da Subcomissão de Cooperação Internacional e Temas Transversais sob a responsabilidade do Brasil, por fim, a Colômbia ainda vai decidir se continuará na Subcomissão de Segurança Pública, dado o processo de transição de governo no país.

[25] https://otca.org/pt/paises-amazonicos-avancam-na-implementacao-da-agenda-regional-de-seguranca-publica/

[26] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-i-foro-centroamericano-y-del-caribe-sobre-endometriosis_1_139296.html

[27] A CESPIT constitui o espaço de coordenação regional para promover a cooperação em matéria de segurança pública e enfrentar, de forma articulada, os delitos transnacionais e transfronteiriços que afetam a Amazônia, como mineração ilegal, tráfico de fauna e flora silvestres, entre outros.